

HABEAS CORPUS Nº 535.438 - PR (2019/0287059-1)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : CARLO DANIEL BASTO
ADVOGADO : CARLO DANIEL BASTO - PR091405
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PACIENTE : JOSE ADAO CORREA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de JOSÉ ADÃO CORRÊA contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Consta dos autos que o Juízo da Primeira Vara Federal de Guaíra-PR homologou duas faltas graves praticadas pelo paciente, embora não tenha havido a prévia instauração de procedimento administrativo disciplinar, conforme se extrai dos seguintes trechos:

[...] 2.1. Preliminar de ausência de procedimento administrativo disciplinar prévio.

A alegação deve ser rejeitada pelos mesmos fundamentos já expostos na decisão do evento 50, ante o entendimento contemporâneo do Supremo Tribunal Federal de que a instauração de procedimento administrativo disciplinar prévio é prescindível quando realizada a oitiva do reeducando em audiência de justificação pelo juízo da Execução Penal.

No caso em apreço, a audiência de justificação foi devidamente realizada, conforme se verifica no evento 70.

Rejeito a preliminar.

[...]

(2) reconheço a ocorrência de duas faltas graves por parte do apenado JOSÉ ADÃO CORRÊA, ante a prática de fatos previstos como crimes dolosos no curso da execução e utilização de aparelho telefônico nas dependências da carceragem local, nos termos da fundamentação.

[...] (fls. 13/27).

Inconformada, a defesa impetrou o *writ* originário, ao qual o relator negou seguimento conforme acórdão de fls. 29/31.

Na presente impetração, o impetrante requer, em liminar e no mérito, o

afastamento das faltas graves, tendo em vista a ausência de procedimento administrativo disciplinar, com a consequente *colocação do paciente no status quo ante, sem imposição do mesmo em Regime Disciplinar diferenciado* (fl. 11).

Liminar indeferida às fls. 35/36.

Informações prestadas às fls. 40/46 e 47/51.

Parecer do Ministério Público Federal pela concessão da ordem:

*PENAL – EXECUÇÃO PENAL – HABEAS CORPUS
COM PEDIDO LIMINAR – APURAÇÃO DE FALTAS GRAVES –
AUSÊNCIA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR –
PRECEDENTES – CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO.
PARECER PELA CONCESSÃO DA ORDEM.* (fl. 54).

É o relatório.

Decido.

Em consonância com a orientação jurisprudencial da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, esta Corte não admite *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, sem prejuízo da concessão da ordem, de ofício, se existir flagrante ilegalidade na liberdade de locomoção do paciente.

Esse entendimento foi observado, em parte, pelo Tribunal *a quo*, que, embora tenha deixado de conhecer do *writ* originário porque substitutivo de agravo em execução penal, não analisou a ocorrência de flagrante ilegalidade capaz de justificar a concessão da ordem de ofício.

Confira-se, a propósito, o seguinte trecho do acórdão:

[...] O presente writ foi interposto, por meio eletrônico, diretamente neste Tribunal.

Ocorre que, nada obstante a ausência de previsão legal quanto ao procedimento a ser adotado na interposição de agravo na execução penal, a doutrina e a jurisprudência majoritárias entendem como correta a adoção do rito do agravo em execução penal.

Nesse sentido, julgado do Superior Tribunal de Justiça:

[...]

A insurgência da parte impetrante diz respeito ao reconhecimento do Juízo da execução de falta grave sem procedimento administrativo anterior, bem como a colocação do paciente em regime disciplinar diferenciado, matéria tratada em fase de execução da pena.

Superior Tribunal de Justiça

Cumpre referir, o paciente foi condenado à pena privativa de liberdade fixada em 23 (vinte e três) anos e 10 (dez) dias de reclusão, por tráfico internacional de entorpecentes tipificado, por 2 vezes, crime de receptação e organização criminosa, na forma dos artigos 69 e 71 do Código Penal, em regime fechado, em sentença publicada em 12/03/2018. A ação penal está em fase recursal e o réu preso preventivamente desde 29/11/2016.

Com efeito, o manejo do recurso diretamente nesta Corte prejudicaria tanto a intimação do Ministério Público Federal que atua junto ao Primeiro Grau de jurisdição para responder ao agravo quanto a possibilidade do exercício do juízo de retratação pelo Magistrado a quo, nos termos do disposto no art. 589 do Código de Processo Penal.

Com efeito, caberia à parte a interposição de agravo à execução, autuado em autos apartados, para exame da questão alegada nesta impetração.

Ademais, a análise deste writ por este Tribunal configuraria supressão de instância.

Assim, o não conhecimento do presente habeas corpus é medida que se impõe, ante a manifesta inadequação da via eleita.

Ante o exposto, nego seguimento ao presente habeas corpus, nos termos do art. 148 do Regimento Interno desta Corte. (fls. 29/31).

Assim, verifica-se que a questão referente ao afastamento das faltas graves não pode ser analisada nestes autos, em razão da supressão de instância, todavia deve o Tribunal *a quo* pronunciar-se em novo julgamento no writ originário sobre a eventual existência de constrangimento ilegal que justifique a concessão da ordem de ofício.

Ante o exposto, não conheço do *habeas corpus*, mas concedo a ordem, de ofício, para determinar que o Tribunal *a quo* examine o mérito do *Habeas Corpus* n. 5039957-07.2019.4.04..0000/PR, verificando a eventual existência de constrangimento ilegal que justifique a concessão da ordem de ofício.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator